



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Recomendação nº 11/2025/CONSEA/SG/PR

Brasília, na data de assinatura.

Recomenda-se ao Ministério da Educação (MEC) que promova as ações necessárias para o atendimento da alimentação adequada aos estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais, incluindo a ampliação do orçamento público destinado a investimentos em reformas e infraestrutura das cozinhas escolares.

O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 11 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e pelos Artigos 2º e 8º do Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, e suas alterações pelo Decreto nº 11.421, de 28 de fevereiro de 2023 e tendo em vista a deliberação da maioria na 4ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 09 e 10 de agosto de 2025, e,

CONSIDERANDO:

1. Que a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação no ambiente escolar, desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e da educação, garantindo que milhões de alunos do ensino básico tenham acesso a refeições saudáveis e adequadas, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância e para a melhoria da aprendizagem e do rendimento escolar;
2. Que a Lei nº 15.255, de 10 de novembro de 2025, reforçou a legislação anterior, determinando o atendimento às necessidades nutricionais dos estudantes nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas demais escolas federais durante a jornada escolar;
3. Que a alimentação no ambiente escolar constitui-se na principal alimentação diária para muitos estudantes, melhorando a concentração, a memória e o aprendizado, e impactando diretamente a aprendizagem e o desempenho escolar;
4. Que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais capilarizadas no país e não apenas garante a alimentação na escola, como também promove o desenvolvimento local ao incluir alimentos da agricultura familiar;
5. Que o atendimento da alimentação na escola é uma oportunidade para desenvolver ações de educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, abordando temas como o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a prevenção da obesidade e doenças relacionadas à má alimentação;
6. Que existem assimetrias e falta de infraestrutura para a produção de refeições em diversas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais,

determinadas pela falta tanto de pessoal suficiente e capacitado quanto de cozinhas e equipamentos adequados;

7. Que os estudantes cotistas, que incluem a população negra e parda, os povos indígenas, os quilombolas e as populações vulnerabilizadas socialmente, constituem parte significativa do público atendido nos restaurantes escolares da mencionada Rede Federal;

RECOMENDA ao Ministério da Educação (MEC), que:

I - Promova as ações necessárias para o atendimento da alimentação saudável e adequada aos estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais, conforme previsto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com ênfase no previsto nas diretrizes do Artigo 2º e nos Artigos 11, 12, 13, 14 e 15, garantindo o direito humano à alimentação adequada, em especial dos cotistas.

II - Viabilize a ampliação do orçamento público destinado aos investimentos em reformas e infraestrutura das cozinhas e refeitórios da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais, de modo a permitir o fornecimento de alimentação escolar nos parâmetros previstos em lei, tais como a utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, e na alimentação saudável e adequada.

ELISABETTA RECINE
Presidenta